

# A IMPORTÂNCIA DO LUGAR: CONSTRUINDO A CIDADANIA NA FÁBULA PERVERSA DO GLOBALITARISMO DE MILTON SANTOS

Helena Copetti Callai  
Bruna Schlindwein Zeni

*“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.”<sup>3</sup>*

## RESUMO

Para Milton Santos, o fenômeno da globalização constitui-se em um globalitarismo perverso e totalitário, sustentado por fábulas e mitos. Nesse cenário, diz o autor, os lugares tornam-se manifestações particulares da totalidade-mundo. Local e global se interpenetram e o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo, mas o mundo não tem como regular os lugares. Assim, a cidadania global torna-se um voto condicionado às realidades nacionais. Esse artigo objetiva refletir sobre o papel do lugar para a construção da cidadania, demonstrando que a escola detém papel

de suma importância nesse processo. Parte-se da hipótese de que o município é um locus de aprendizado e de exercício de cidadania, na medida em que contribui para o desenvolvimento de empoderamento social e de sentimentos como o pertencimento, fatores decisivos à participação. Conclui-se que é somente pensando globalmente e agindo localmente que poderemos atingir a cidadania plena, primeiro passo para a construção de uma cidadania global. Para a confecção deste artigo, utilizou-se dos métodos bibliográfico e qualitativo de pesquisa.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidadania. Educação. Globalização. Lugar.

Este texto aborda a temática do lugar a partir das reflexões que o geógrafo Milton Santos fez até o momento final de sua vida. Milton Santos foi um intelectual brasileiro que, de 1964 até o período da abertura política, lecionou em diversas universidades do mundo: na Europa, na África e na América. Durante esse período, escreveu e publicou seus estudos em várias línguas, que, anos mais tarde, foram traduzidos para o português. Os problemas do então chamado *Terceiro Mundo* foram objeto de seu interesse para aprofundar as reflexões que fazia. Em 1996, publicou um livro com o título “A natureza do espaço - Técnica e Tempo”. “Razão e Emoção”, cujos dois últimos capítulos tratavam da *Força do lugar*, discutindo a relação entre o local e o global, abordando o cotidiano e sinalizando que desde o lugar se pode, com uma perspectiva universal, construir as ferramentas intelectuais para entender o mundo e a vida de cada sujeito. A obra “Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal” aponta como fazer esta interpretação do mundo. Após caracterizar o mundo tal qual ele é sob a globalização, Milton Santos delineia as possibilidades de superação daquilo que ele denominava de *processo perverso da globalização*, acentuando a importância da *força do lugar*.

Um aspecto a ressaltar é a atenção ao conceito de espaço - objeto de estudo da geografia, que se constitui, para Santos, numa contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica. Neste sentido, o espaço considerado como a expressão espacial (materializada) das relações sociais permite um aporte significativo para as Ciências Sociais encaminharem a interpretação do mundo.

Com o intuito de fazer uma reflexão sobre a importância do lugar com base em Milton Santos, adotamos suas interpretações, que devem ser vistas de modo contextualizado no tempo e no espaço em que ele as fez, tendo a clareza de que seus conceitos, da forma que os apresentou, servem para construir as bases da compreensão do mundo atual em que estamos vivendo. Vivemos em um mundo globalizado - termo que, sendo muito utilizado, beira à banalização (tudo cabe no fenômeno da globalização), tendo perspectivas diferenciadas que merecem não ser esquecidas. Assim, destacamos, por oportuno, que o nosso entendimento a partir dos escritos do autor podem ser alvo de divergências, embora estejamos adotando as suas premissas.

A globalização, grosso modo, caracteriza-se pelo fim da guerra fria e da bipolaridade entre EUA e URSS; pelo surgimento de novos movimentos sociais - de gênero, ecológicos, étnicos, etc. -; pela descentralização da produção, desterritorialização de empresas multinacionais e o nascimento de uma sociedade civil mun-

dial, bem como de uma cidadania planetária. Ela se expressa na difusão de padrões transnacionais de organização econômica e social, de consumo e de pensamento, resultantes “das pressões competitivas do mercado, das experiências políticas ou administrativas, da amplitude das comunicações ou da similitude de situações e problemas impostos pelas novas condições internacionais de produção e intercâmbio.” (VIEIRA, 2009, p. 74). Trata-se de um processo de caráter multifacetado e contraditório, visto por Milton Santos como totalitário e perverso, sustentado por fábulas alicerçadas no dinheiro e na informação.

Em tal contexto, o local passa a ter posição estratégica, como centro de gestão do global.<sup>4</sup> Até porque a política continua sendo um assunto essencialmente local, vez que através de sua linguagem podemos falar acerca dos remédios e curas para as preocupações e as misérias comuns. A tendência da política é buscar explicações e tratamento em uma área próxima ao território doméstico da experiência cotidiana. (BAUMAN, 2000).

Assim, inicialmente, serão demonstradas as principais características a partir das reflexões de Milton Santos que justificam a caracterização de globalitarismo por ele atribuída à globalização, perpassando pelas perversidades e fábulas que a sustentam para, finalmente, destacar a importância de uma revalorização do espaço local - aqui chamado de lugar, visando maior fidelidade com os ensinamentos do autor -, para a construção de uma cidadania plena local, primeiro alicerce para a construção de uma cidadania plena, global.

## A GLOBALIZAÇÃO COMO GLOBALITARISMO: FÁBULAS E PERVERSIDADES DA GLOBALIZAÇÃO

Globalitarismo é a caracterização atribuída à globalização por Milton Santos. Trata-se de uma associação de globalização – “processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 221) –, e totalitarismo – “doutrina ou regime ditatorial” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 434) –, a fim de “chamar a atenção para o fato de que a atual globalização exclui a democracia.” (SANTOS, 2000b, p. 11). Para ele, a globalização é um sistema totalitário imposto pela competitividade, que tem a guerra como norma. Há que vencer o outro, esmagando-o, para tomar o seu lugar.

<sup>4</sup>Nesse sentido: BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1996.

### A guerra como norma

justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem política (a maneira como os partidos freqüentemente abandonam a idéia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). (SANTOS, 2000a, pp. 46-47).

Tal competitividade nos impõe o reino do fugaz, promotor de uma enorme ignorância que favorece nossa submissão às normas que nos são impostas. Somos conduzidos a matematizar nossa existência, confiar em pesquisas que atuam como formadoras de opinião, levando ao empobrecimento de ideias e à morte da política. Isto porque “o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado, na qual a distribuição do poder é tributária da realização dos fins últimos do próprio sistema globalitário.” (SANTOS, 2000a, p. 61).

Competitividade não é concorrer. A concorrência pode ser saudável na medida em que, na batalha entre agentes para melhor empreender uma tarefa comum e obter melhores resultados finais, haja respeito a certas regras de convivência. A competitividade é um convite ao exercício da violência, pois sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais. A competitividade é responsável por comandar nossas formas de ação, enquanto que o consumo comanda nossas formas de inação. (SANTOS, 2000a, p. 57).

O consumo representa o ópio do povo, e, nesse sentido, o poder do consumo é tão forte e envolvente que quem dele não participa é marcado como alienado. A glorificação do consumo resulta numa diminuição gradativa de outras sensibilidades, como a noção de individualidade. E, como uma avalanche, este individualismo se faz feroz e sem fronteiras, contribuindo para o desaparecimento (ou a não consideração) daquilo que podemos denominar de identidade e pertencimento. Cada um sendo igual entre todos não se distingue, passa a fazer parte da massa e, como tal, todos almejam as mesmas coisas, desconsiderando possibilidades particularizadas que podem dar a identidade e levar à compreensão do pertencimento.

Atualmente, as empresas hegemônicas produzem o consumidor antes mesmo de produzirem o produto – e esse é um dado essencial para a compreensão do consumo. Daqui decorre o império da informação e da publicidade. Para Milton Santos, todas as coisas no comércio tem a seguinte composição: “publicidade + materialidade; publicidade + serviços”, maneira de organizar o consumo para, na sequência, permitir a organização da produção. (SANTOS, 2007, pp. 48-49). O consumismo e a competitividade levam ao desfalecimento moral e intelectual da pessoa, bem como

à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. (SANTOS, 2000a).

Daí ao surgimento dos totalitarismos é um passo fácil. Eles acontecem na esfera do trabalho, escorrem para a esfera política e das relações interpessoais, invadindo o mundo acadêmico.

Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não-intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços. E a universidade é um exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo. (SANTOS, 2000b, p. 12).

Mas não é privilégio da academia apenas. Na escola básica também se manifestam através da exigência de cumprimento de regras preestabelecidas que, se o professor não estiver atento, o faz desconhecer a realidade da escola, dos alunos e do próprio conteúdo curricular a ser tratado. O desafio, atualmente, tem sido pensar também a relação local-global na escola considerando a força do lugar, a fim de valorizar o que emerge como significativo para o ensino. O professor se torna mais um e repete aquilo que lhe é determinado, se não conseguir exercer a crítica sobre esta condição que lhe é imposta, como se lhe fosse apenas sugerida.

Esse totalitarismo nos convida a fazer coisas bem feitas, ordenadas. “É a consideração simplória da técnica como absoluto, como norma [...], levando à propensão de utilizar um mandamento técnico como se fosse um mandamento político, cultural, moral, religioso.” (SANTOS, 2000b, p. 11-12). É a morte da crítica e da autocrítica. Criam-se novos valores, uma nova ética a ser seguida por todos, cujos papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, que leva o nome de segredo de marca, o engodo, com o nome de *marketing* e, ainda, a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. (SANTOS, 2000a).

Na esfera da sociabilidade, os indivíduos dão adeus à solidariedade, à generosidade e à emoção, pois “levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista.” (SANTOS, 2000a, p. 54). Os indivíduos, assim, acabam por constituir o outro como coisa; e os comportamentos que justificam todo o desrespeito às pessoas tornam-se, então, uma das bases da sociabilidade atual. Trata-se da coisificação do sujeito.

Além de totalitária, recheada de padrões a serem seguidos, a globalização é uma fábula, sem a qual não se mantém. Esse mundo visto como fábula erige como verdade certo número de fantasias, cuja repetição acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. Já a perversidade representa o mundo como ele é. “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.” (SANTOS, 2000a, p.18).

Quando nos falamos sobre “aldeia global”, queremos nos passar a ideia de que todos sabem tudo o que se passa no mundo. (SANTOS, 2000a, p. 13). Entretanto, o “evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos.” (SANTOS, 2000a, p. 40). A informação veiculada pela mídia sobre o que acontece é uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos. Não bastasse isso, há uma distribuição desigual de informação. A distância geográfica é duplicada pela distância política. Estar na periferia significa dispor de menos meios efetivos para se atingir as fontes e os agentes de poder, dos quais se está mal ou insuficientemente informado.

O grande número de iletrados desfavorece a periferia, do ponto de vista da informação econômica e política. Na cidade, as informações são quase sempre deformadas pelos meios de comunicação de massa, mas os contatos entre as diferentes redes informativas são maiores e, por isso, a percepção das desigualdades é mais aguda.

Por conseguinte, a informação fabricada é econômica e geograficamente concentrada. [...] Quanto mais longe dos centros do poder, mais difícil é fazer ouvir a própria voz. [...]

À seletividade espacial da produção de bens manufaturados e ao monopólio dos principais serviços das grandes cidades opõe-se uma difusão seletiva da informação, que tende a criar um desejo de consumir, uma nova necessidade de satisfazer, mesmo na ausência dos meios precisos. (SANTOS, 2007, pp. 92-93).

Esse, mais o mito do encurtamento das distâncias (para aqueles que podem viajar), difundem outro mito, o do espaço e tempo contraídos devido à velocidade. “Só que velocidade está ao alcance de um número limitado de pessoas, de forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distâncias têm significações e efeitos iversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo.” (SANTOS, 2000a, p. 41). Para exemplificar essa afirmação, seguem alguns dados apresentados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – acerca do acesso do brasileiro a algumas tecnologias redutoras de distâncias: em nosso país, no ano de 2008, 21,43 a cada 100 habitantes tinham linhas telefônicas em suas casas, enquan-

to que 78,47 a cada 100 habitantes eram assinantes de telefonia celular. O computador, no ano de 2005, era possuído por apenas 16,09 a cada 100 habitantes. Em 2008, 35,51 a cada 100 habitantes tinham acesso à internet<sup>5</sup> (como o dado não nos diz onde se dava esse acesso, podemos considerá-lo de várias formas, por exemplo, em casa, em lan houses, na escola, na casa de amigos, etc.).

Faz parte do que se entende por globalização a premissa de que o mundo está todo aproximado, que nada impede o acesso de um lugar a outro – todos podem se locomover, mas concretamente não é isso o que acontece. Uns tem mais acessibilidade que outros, maior facilidade. Embora seja passada a ideia de que é só querer, a realidade é bem diferente, pois há que se ter as condições para tanto. E estas, as condições, são os instrumentos de exclusão e, na medida em que é mostrado um mundo homogêneo em que a homogeneidade diz que todos são iguais, a não acessibilidade pode ser considerada incapacidade de participar do mundo. Novamente se desconsidera a identidade e o pertencimento, que, aliás, devem ser percebidos a partir dos sujeitos, mas também dos lugares.

“Aldeia global”, tanto quanto espaço-tempo contraído, permitiram imaginar-mos a realização de um sonho de um mundo só, com uma humanidade desterritorializada, “já que pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido esgarçadas.”(SANTOS, 2000a, p. 41). Esse “mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas.” (SANTOS, 2000a, p. 19). Estas se acentuam, tanto no interior dos lugares, como no contexto mais amplo na relação de hierarquia entre os lugares.

Fala-se insistentemente na morte do Estado, “mas o que vemos é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.” (SANTOS, 2000a, p. 19). Apesar das fronteiras terem desfalecido como imperativo da globalização, permitindo a existência de uma cidadania universal, cosmopolita, elas nunca estiveram tão vivas, “na medida em que o próprio exercício das atividades globalizadas não prescinde de uma ação governamental capaz de toná-las efetivas dentro de um território.” (SANTOS, 2000a, p. 42). Além do mais, outro indício de que o Estado continua forte é o fato de que nem as empresas transnacionais

<sup>5</sup> Informação constante no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ibge.gov.br/paise-sat/main.php>. Acesso em: 10 fev. 2010. Fonte: Free statistics. By Country. Mobile cellular, subscribers per 100 people. Geneva: International Telecommunication Union, 2007 tab 4.

e as instituições supranacionais são capazes de impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica. (SANTOS, 2000a, p. 77).

Existem ainda outros ingredientes que alimentam o mundo como fábula, entre os quais a politização de estatísticas, começando pela forma pela qual é feita a comparação de riquezas entre as nações. Para Milton Santos (2000a, p. 77), o Produto Nacional Bruto é “um nome fantasia ao que poderíamos chamar de produto global, já que as quantidades que entram nessa contabilidade são aquelas que se referem às operações que caracterizam a própria globalização.” Há também a falsa ilusão de “que a morte do Estado melhoraria a vida dos homens e a saúde das empresas, na medida em que permitiria a ampliação da liberdade de produzir, de consumir e de viver.” Merece ressaltar aqui que a informação, sendo cada vez mais volumosa e disponibilizada a todos, leva à outra inverdade, ou seja, muitos dados são produzidos com todo o instrumental tecnológico atual. Estes, ao serem transformados em informação, podem ser manipulados do jeito que interessa a quem a organiza e a produz. Pode-se constatar isso verificando como um conjunto de dados permite produzir informações diferentes, seja excluindo algum detalhe, enaltecendo outro, enfim, até pelo modo de comunicar a informação. O desafio diante desta realidade é como fazer a construção do conhecimento a partir dos dados e das informações, o que só pode ser feito por cada um enquanto sujeito que conhece a sua realidade.

Isso tudo nos permite indagar como, nesse globalitarismo perverso, exercer nossa cidadania para alcançarmos a grande mutação contemporânea, ou seja, uma nova globalização.

#### UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL: A VALORIZAÇÃO DO LUGAR PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Nesta fábula globalitaria perversa, “os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares.” (VIEIRA, 2009, p. 71). O global e o local se interpenetram, o global investe no local e o local impregna o global. A globalização não é algo abstrato que exista por si só, pelo contrário, ela requer a existência de lugares específicos para se concretizar. Em algum lugar ela se materializa e cria as suas condições para que os sujeitos que ali vivem transformem este lugar como reprodução de interesses maiores e distantes, na maioria das vezes. Interesses que são do global.

Num paradoxo, em tais condições, o cidadão do lugar pretende instalar-se como cidadão do mundo, mas o mundo não tem como regular os lugares. Assim, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma possibilidade distante condicio-



nada pelas realidades nacionais. O cidadão só o é (ou não) como cidadão de um país.

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas sub-nacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

[...] Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos prerrogativas e obrigações.

Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena. (SANTOS, 2000a, pp. 113-114).

Para a construção de uma sociedade detentora de uma cidadania plena<sup>6</sup>, uma espécie de igualdade humana básica, associada ao conceito de participação integral na comunidade, é necessário pensar globalmente e agir localmente. E, para que isso se efetive, é necessário conseguir superar o pensamento único e buscar a consciência universal. Pensar globalmente é compreender o mundo, como se organiza, se transforma, como o capital age, como as grandes empresas se estruturam, bem como o papel que o Estado assume numa economia e numa sociedade cada vez mais mundializadas. Nestas condições, o estudo do particular, da cidade, do local torna-se fundamental.

Os lugares particulares se interligam entre si de forma seletiva e de acordo com os interesses locais, nacionais e/ou mundiais. O espaço concretiza todas estas relações, e torna-se fundamental estudar o particular, o local.

Esta nova ordenação do espaço que se expressa a partir da globalização gera uma

<sup>6</sup> Adotamos aqui a concepção clássica de cidadania proposta por Marshall, ou seja, a cidadania seria composta por direitos civis e políticos, sendo os primeiros correspondentes aos direitos de primeira geração: liberdade, igualdade, direito à vida, à segurança, etc. Já os direitos políticos, direitos sociais, econômicos ou de crédito dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política, etc. MARSHALL, Truman H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

concentração de riqueza e acentua o caráter desigual do desenvolvimento. Cada lugar “responde” de acordo com suas condições e capacidades, por isto é importante pensar o particular – o local – não como destinado a ser de um ou de outro modo, mas conhecendo-o e reconhecendo neles potencialidades. (CALLAI, 2002, p. 131).

O território incorpora um poder que lhe é dado pelas características de vida das pessoas que o ocupam. E, como tal, a escala social passa a ser um dado metodológico importante na análise da realidade em que vivemos. Não há como entender o mundo fragmentando-o em espaços, quer seja o nacional, o regional, o local e o global. Esta compartimentação dos espaços impede a decodificação daquilo que é essencial na estruturação dos territórios. Essencial para conseguir superar a ideia de globalização imposta, isto é, que, ao negar as particularidades, considera-se apenas o que interessa para reprodução das condições existentes sob o processo de globalização.

Perdem-se as metáforas e a fantasia criada ao passar como verdades aquilo que interessa a quem comanda. Neste sentido é que a escala social pode ser um instrumento para análise do mundo na busca de entender as dinâmicas que ocorrem, tentando encontrar alternativas capazes de valorizar a vida dos sujeitos, e não apenas o cumprimento das normas estabelecidas pelo grande capital.

O território da nação se constitui como um marco da nacionalidade, mas não é apenas esse recorte do espaço que interessa. As regiões que se constituem a partir de interesses geoeconômicos, culturais ou sociais também têm um papel significativo neste conjunto. E a escala mais presente na nossa vida cotidiana é a que está expressa a partir do local. A interligação entre os vários níveis da escala se manifesta através do que acontece nas relações sociais, econômicas, culturais. Vem daí que as explicações para o que acontece em um determinado lugar não se explicam apenas pelo que ali acontece. As formas manifestas reproduzem interesses envolvidos que podem estar localizados ou terem sua origem tanto do lugar, como da região, na nação, em justificativas regionais a nível internacional, e, enfim por questões que se caracterizam como globais.

Neste contexto é que pode ser importante a busca do entendimento de que os espaços reproduzem as relações entre os homens e que servem também de apoio territorial, o palco onde acontece a vida dos homens. O entendimento é de que o espaço acolhe as ações e dá sustentação territorial à vida dos homens. Ao mesmo tempo, não é um espaço inerte, ele tem vida oportunizando ou restringindo ações. As limitações que o espaço impõe não são “naturais” (na maioria das vezes), mas, são sim, socialmente construídas, e aí interessa buscar os caminhos para a compreensão do que acontece no mundo ser capaz de interferir nos acontecimentos locais. O espaço,

portanto, é um dos ingredientes para a ação, e, neste sentido, “[...] a materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”. (SANTOS, 1996, p. 257).

Ao mesmo tempo em que não se pode ter apenas a “versão” da globalização, não se pode correr o risco de uma visão localista. Assim, não se pode conceber uma visão simplista, ou seja, de que o global é o responsável por tudo, ou de que o local tudo pode para fazer frente às injunções externas. Há sempre um embate entre uma razão que é global advinda de um conjunto de ações gerais (planetárias), e uma razão local, decorrente das ações dos que ali vivem. Essas duas ordens se superpõem “e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o Mundo, mas, também, o confronta.” (SANTOS, 1996, p. 267).

Diante disso, é possível pensar alternativas que exigem por princípio o envolvimento dos sujeitos conquistando a sua cidadania e exercendo os seus direitos e deveres. Vem daí uma sugestão de Milton Santos (1996) sobre a “força do lugar”, que pode ser a possibilidade de fazer frente ao poder geral que muitas vezes sufoca os interesses locais. A força do lugar se manifesta como uma forma de resistência à hegemonia do global. Para tanto, é importante que cada sujeito reconheça o seu papel como integrante de um grupo social que pode questionar o mundo como ele se apresenta, mas que precisa entender este mundo. A partir daí a ação social do conjunto da população pode fazer a diferença. O poder local se constitui como e a partir da força do lugar.

Não há dúvida que este conceito de lugar se apresenta como um dado significativo para compreender o processo de globalização. E, além do entendimento da realidade em que se vive, o passo seguinte é agir com o exercício cidadão. O lugar aqui entendido como o município tem papel duplo na vida dos sujeitos. Encaminhar o entendimento da construção social do mundo e exercer a sua cidadania, promovendo a força do lugar.

Naturalmente, neste contexto, a escola detém um papel de suma importância para a formação cidadã, vez que cabe a ela inculcar nos educandos noções sobre direitos e deveres, ordem estatal e civil, assim como sobre as leis civis e estatais sob as quais está organizada a sociedade. É nela também que o cidadão inicia a exercitar a tolerância quanto à diversidade, passa a desenvolver sua virtude cívica e a temperar o fundamentalismo e o egoísmo. (PATEMAN, 1992). “Uma educação que tem como objetivo a autonomia do sujeito passa a municiar o aluno de instrumentos que lhe permitam pensar, ser criativo e ter informações a respeito do mundo em que vive.” (SANTOS, 1996, p. 101). Ao estudar o local em que vive, compreendendo que o município é a reprodução da sociedade brasileira num determinado lugar, o aluno

estará em condições de conhecer e exercer a crítica sobre aquela realidade.

Compreender o lugar em que vive permite ao sujeito conhecer a sua história e assimilar as coisas que ali acontecem. Cada um pode conhecer os lugares do poder. As autoridades municipais estão mais próximas, são pessoas que convivem nos vários ambientes a que tem acesso as pessoas do lugar . A sensação de que podem ser ouvidos, de que podem reclamar e reivindicar, propor, sugerir, auxiliar etc., transformam a relação entre as pessoas. “Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento. É fundamental, neste processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo.” (SANTOS, 1996, p. 84). Afinal,

é no município que o homem nasce, vive e morre. Recebe os primeiros serviços da saúde, da educação. É no município que somos cidadãos, expressamos nossa cidadania, exercemos nossos direitos mais elementares e cumprimos nossos deveres mais essenciais. Chegou a hora, portanto, de mudar, começando a definir um novo Brasil a partir da célula básica, que é o município. Com mais recursos, com independência administrativa, alcançar-se-á uma democracia mais participativa, soluções mais rápidas e mais adequadas aos interesses dos cidadãos, e por certo haverá menos burocracia e mais controle direto sobre as ações administrativas do Poder Executivo e maior participação no Poder Legislativo. (PERIUS, 2001, p. 274).

O município, como o lugar – espaço geográfico e o lócus de poder, por estar mais próximo da sociedade – favorece a captação dos problemas nas esferas privadas e sua transferência para o cenário público. O cenário público, ou a esfera pública, pode ser descrito “como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas [...]”. Já a esfera privada, ou sociedade civil, tem seu núcleo institucional “formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida.” (HABERMAS, 1987, p. 92). Desses conceitos habermasianos, nota-se que a esfera pública tem posição central na formação da vontade coletiva, pois é o espaço do debate público, do embate dos diversos atores da sociedade civil.

O espaço público [...] permite a institucionalização das pluralidades nas sociedades civis modernas e a possibilidade de consenso mediante procedimentos comunicativos exercidos na esfera pública, fornecendo os critérios éticos de regulação dos discursos práticos. A esfera pública, enfim, é a instância geradora de decisões coletivas e legitimadora da democracia. (VIEIRA, 1999, p. 228).

Convém relacionar essa participação com o processo de empoderamento social, “no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social” (BAQUERO, 2005, p. 76), o que possibilita a transformação das relações sociais de poder.

Tal processo está vinculado ao capital social, por este ser “um dos catalisadores passíveis de interagir na construção de um maior empoderamento social.” (HERMANY; COSTA, 2009, p. 33). Com efeito, trata-se de uma consciência que ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação da realidade em que o indivíduo se encontra, no sentido de compreender as teias complexas de relações sociais que informam contextos políticos e econômicos mais abrangentes. Enfim, o empoderamento possibilita tanto a emancipação individual, como a consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e da dominação política. (FERDINAND, 2010).

Para que esse empoderamento aconteça, compreendemos que o governo local é a unidade política administrativa que oferece melhores condições para a prática da participação popular<sup>7</sup> na gestão da vida pública, pois “as cidades estão na linha de frente dos problemas, mas no último escalão das decisões administrativas.” (DOWBOR, 2009).

O município é “o espaço legítimo de debate público igualitário sobre o que se quer da e na sociedade – o *locus* privilegiado de impulsão à constituição de uma sociedade de direito.” (HERMANY; FRANTZ, 2009, p. 308). Espaços participativos no Âmbito da Administração Pública municipal (assim como nos demais níveis) já existem. Todavia, tais espaços precisam ser povoados. E, para essa povoação acontecer, precisamos primeiramente aprender a sermos cidadãos, e esse aprendizado inicia na escola. Já dizia Milton Santos: “a cidadania se aprende”. (SANTOS, 2007, p. 7). É o exercício da cidadania no âmbito dos municípios que vai impulsionando as práticas participativas em todos os seus níveis. Se as pessoas tomam conhecimento das oportunidades para a participação efetiva no processo de tomada de decisões, elas, provavelmente, acreditarão que a participação vale a pena.

<sup>7</sup> Essa participação popular, para precisar seu conceito, trata-se de uma requalificação da participação, regida pelos critérios da equidade e justiça. Participação que interfere, interage e influencia na construção de um senso de ordem pública. TELLES, Vera. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: VILLA-BÔAS, Renata (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis, 1994. p. 52.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, como demonstrado, é um processo multifacetado e contraditório. Tem lá suas benesses que, para Milton Santos, não passam de fábulas, cujos alicerces são o dinheiro e a informação. Trata-se de uma globalitarização.

Juntamente com esse globalitarismo, surge a promessa de uma cidadania mundial. Ocorre que, em uma sociedade desigual como a nossa, onde a maioria das pessoas não se sentem cidadãs, muito menos exercem sua cidadania, não há que se falar em cidadania global. Trate-se, portanto, de um voto distante.

Contudo, construir uma cidadania mundial é possível, mas tal construção está condicionada ao exercício de uma cidadania plena local. Não há que se falar em ser cidadão do mundo sem antes ser cidadão do lugar onde vive. E a cidadania, sem dúvida, se aprende. É na escola que iniciamos o nosso aprendizado sobre como sermos cidadãos. É lá que temos as primeiras noções sobre direitos e deveres, ordem estatal e civil, sobre as leis civis e estatais que regem a sociedade. Cabe à escola o importante resgate dos valores ligados à identidade e ao pertencimento, ferramentas importantíssimas para a atuação cidadã no espaço público local.

Espera-se que a concretização de uma cidadania local seja o ponto de partida para a participação cidadã em todos os níveis, para que, finalmente, se efetive o Estado Democrático de Direito proclamado pela nossa Constituição Federal/88. Somente após essa efetivação é que poderemos iniciar a construção de uma cidadania global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAQUERO, Rute V. A. 2005. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.1, p. 69-84, dez.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BORJA, J.; CASTELLS, M. 1996. *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus.

BRASIL. IBGE. 2010. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Países. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em: 10 fev.

CALLAI, Helena Copetti. 2002. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio (Org.). *Ensino de geografia: prática e textualizações no cotidiano*. Porto alegre: Mediação.

DOWBOR, Ladislau. 2009. *A Reprodução Social*. Descentralização e participação: novas tendências. Disponível em: <http://www.dowbor.org/livros.asp>. Acesso em: 29 jul.

- FERDINAND, Cavalcanti Pereira. 2010. *O que é empoderamento?* Disponível em: <<http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>>. Acesso em: 01 jul.
- HERMANY, R.; COSTA, M. M. M. 2009. O empoderamento social local como pressuposto para o exercício da cidadania. In: CARVALHO, A. et al. *O mundo da cidade e a cidade no mundo: reflexões sobre o direito local*. Santa Cruz do Sul: IPR,
- HERMANY, R.; FRANTZ, D. 2009. Esfera local e cidadania: uma conseqüência da dimensão educativa. In: GORCZVSKI, Clovis (Org.). *Direitos Humanos, Educação e Sociedade*. Porto Alegre: UFRGS.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. 2001. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- MARSHALL, Truman H. 1967. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- PATEMAN, Carole. 1992. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PERIUS, Vergílio Frederico. 2001. *Cooperativismo e lei*. São Leopoldo: UNISINOS.
- SANTOS, Milton. 1996. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton. 2007. *O Espaço do Cidadão*. 1 ed. São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, Milton. 2000 a. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.
- SANTOS, Milton. 2000 b. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- TELLES, Vera. 1994. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. In: VILLA-BÔAS, Renata (org.). *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis.
- VIEIRA, Liszt. 1999. Cidadania e controle social. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C. (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- VIEIRA, Liszt. 2009. *Cidadania e globalização*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record.

## ABSTRACT

In Milton Santos view the phenomenon of globalization is constituted in a perverse and totalitarian globalitarism, underpinned by fables and myths. In this scenario, the author says, the places become private manifestations of all-world. Local and global intertwine and citizen of the places want to install themselves as world citizen, but the world has not as regular the places. Thus, global citizenship becomes a voting conditioning to the national realities. This article reflects on the role of place for the construction of citizenship, demonstrating that the school has an extremely important role in this process. It starts with the assumption that the city is a learning locus and citizenship exercise, as it contributes to the development of social empowerment and feelings such as belonging, decisive factors for participation. Its concluded that it is only thinking locally and acting globally that could achieve full citizenship, the first step to building a global citizenship. To prepare this article, were use methods of literature and qualitative research.

## KEYWORDS

Citizenship. Education. Globalization. Place.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2010

APROVADO EM

Fevereiro de 2012

Helena Copetti Callai

Graduada em Geografia, com mestrado e doutorado em Geografia pela USP-SP. Professora da UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde atua no Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências - mestrado e doutorado. É pesquisadora com Bolsa de Produtividade em Pesquisa - CNPq.

Bruna Schlindwein Zeni

Bacharel em Direito pela UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul/RS.